



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

**ENTRE A GUERRA DE INFORMAÇÕES E AS GRANDES MANIFESTAÇÕES:
UMA CURVA À DIREITA (2013-20160)**

Ailton Laurentino Caris Fagundes

aailton@usp.br

Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal de Goiás - UFG

Brasil

RESUMO

Entre junho de 2013 e março de 2016, o Brasil viu nas ruas algumas das maiores manifestações populares da sua história, manifestações que começam com luta contra o reajuste de tarifas no transporte público e culminou com manifestações tanto a favor do governo (embora contra algumas das suas políticas mais importantes) quanto pró impeachment, que serviram de pretexto para retirar do poder um governo democraticamente eleito; as primeiras lideradas por grupos ligados à extrema esquerda e as últimas organizadas por uma direita que defende algumas das bandeiras mais retrógradas da sociedade. Em comum elas evidenciam demandas represadas, insatisfação geral com os partidos e os grupos políticos tradicionais e, de um lado e de outro, uma nova perspectiva para o papel do Estado mas mais que isso trazem novos quadros de referência numa luta ideológica por símbolos, códigos e normas da sociedade; direita e esquerda apresentam códigos culturais, valores, normas e percepções que tentam superar aqueles existentes e colocam em xeque códigos vigentes, estilos de vida ou formas de organização social. Este trabalho procura compreender esses movimentos dentro da perspectiva do conflito cultural mostrando dados acerca do perfil dos participantes e a forma de organização e sua relação com os meios de comunicação utilizados. Os resultados mostram que as redes sociais são fundamentais para a organização não apenas dos atos e manifestações mas sobretudo de uma opinião pública que se pauta por antagonismos, especulações, boatos e informações selecionadas e direcionadas, contribuindo para uma polarização ideológica inédita nas últimas décadas. Por fim buscamos avaliar o que há de rupturas e continuidades entre os atos de 2013 e 2016.

ABSTRACT

Between June 2013 and March 2016, Brazil saw in the streets some of the largest popular demonstrations in its history, demonstrations that began with the fight against the tariff adjustment in public transportation and culminated in demonstrations both in favor of the government (although against some of its most important policies) and pro-impeachment, which served as a pretext for removing a democratically elected government from power; the former led by groups linked to the extreme left and the latter organized by a right that defends some of the more retrograde banners of society. In common, they point to dammed demands, general dissatisfaction with traditional political parties and groups and, on the one hand and another, a new perspective on the role of the State, but more than that bring new frames of reference in an ideological struggle for symbols, codes and norms of society; right and left present cultural codes, values, norms and perceptions that attempt to overcome existing ones and call into question existing codes, lifestyles or forms of social organization. This work tries to understand these movements within the perspective of the cultural conflict, showing data about the profile of the participants and the form of organization and its relationship with the media used. The results show that social networks are fundamental for the organization not only of acts and manifestations but above all of a public opinion that is guided by antagonisms, speculations, rumors and selected and directed information, contributing to a new ideological polarization in the last decades. Finally we seek to evaluate the ruptures and continuities between the acts of 2013 and 2016.

Palavras chave

(Mídia e comunicação; manifestações; política brasileira)

Keywords

(Media and communication; manifestations; Brazilian politics)

I. Introdução

Em junho de 2013, centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras para pressionar os governos por melhorias nos serviços públicos. Essas manifestações, originalmente capitaneadas pelo Movimento Passe Livre e por reivindicações a respeito do transporte público, foram uma espécie de estopim para detonar uma série de questões referentes às políticas públicas que estiveram por anos represadas e atingiram seu ápice com os altos gastos com a preparação da Copa do Mundo e a percepção de que esses gastos desnecessários poderiam ter servido para a melhoria de serviços essenciais para a população. Dois meses antes, a presidente Dilma Rousseff batia recordes de popularidade, mais de 80% da população acreditava que o governo dela era bom ou ótimo, era uma popularidade tanto expressiva quanto frágil e ruiria em poucas semanas de questionamentos. As manifestações de junho, na sua origem, pedem mais Estado, mais investimentos em saúde e educação, mais subsídios para o transporte público e trazem uma pauta progressista, imaginava-se a princípio que poderiam ajudar a um governo imobilizado por um Congresso Nacional conservador a mudar sua agenda e aproveitar essas pautas para direcionar e rearticular o governo à esquerda.

À frente da organização daqueles atos, o MPL mostrava-se como um grupo organizado de modo autônomo e autogestionário ao modo dos grupos mais radicais da nova esquerda, seus membros e sua pauta, se alinham a posições socialistas e anarquistas e o fato de que essas pautas tenham despertado interesse e adesão de uma parcela significativamente alta da população poderia servir de alento para que grupos à esquerda acreditassem numa mudança no eixo da agenda política nacional¹. Embora perdido e acuado o governo federal propõe um pacto político-social que enfatizaria políticas públicas dentro de cinco áreas principais: saúde; educação, transporte, reforma política e, por último, responsabilidade fiscal e controle da inflação. Dessa forma o embate parecia bem encaminhado, os manifestantes conseguiam do governo a promessa de enfatizar as áreas fundamentais da sua pauta e o Executivo federal mostraria sua disposição para ouvir os anseios populares; ocorre que sob a superfície dos protestos havia questões e indignações muito mais candentes e que a princípio não foram percebidas ou bem dimensionadas.

As manifestações de junho, assim como outros importantes eventos ocorridos em diversas partes do mundo em meses anteriores – a exemplo dos Estados Unidos, Turquia, Egito, Grécia e Espanha – são eventos que convergem em pontos importantes como a desconfiança em relação aos poderes instituídos, a pressão política por vias não institucionais e o uso de redes de comunicação como instrumentos de difusão de ideias e de organização. Sejam baseadas em críticas à esquerda ou à direita, essas

¹ Praticamente todas as vozes e todos os grupos ditos socialistas comemoraram o junho de 2013 como o mais importante acontecimento popular do país desde o golpe militar de 1964; um exemplo da linha de interpretação comum a essas vozes é a coletânea *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

manifestações expressam o desejo de participação política de uma parcela da população que não tem interesse pelos partidos políticos tradicionais ou que rejeitam ou desconfiam do sistema político institucionalizado mas que de algum modo acreditam que seja possível, e desejável, atuar politicamente e usar diversas formas de expressão como estratégia de pressionar o poder público.

É sintomático que essas manifestações tenham ganhado força não apenas à parte dos partidos tradicionais mas também atuando na contramão deles. A descrença generalizada de que os partidos e as instituições políticas não são capazes ou não possuem interesse em mudanças profundas ou ainda que essas agremiações não representam os interesses da maioria da população é comum às ideologias políticas da extrema esquerda, vide comunismo e anarquismo, quanto à extrema direita, caso do fascismo. A história política brasileira evidencia que a descrença nos partidos e nas instituições tem seus fundamentos mais em percepções e questões históricas que ideológicas e que isso se acentua de acordo com a conjuntura. As dificuldades para conseguir governabilidade, a crise política e econômica e sobretudo os escândalos de corrupção enfraqueceram o governo mas não conseguiram fortalecer os partidos de oposição que por conta do envolvimento em escândalos semelhantes são vistos com nível semelhante de desconfiança. É essa desconfiança generalizada que abre espaço para uma crítica mais radical e aparentemente menos interessada de grupos minúsculos e pouco organizados como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, Endireita Brasil e Revoltados on Line.

Não era, evidentemente, previsível que junho abrisse as portas para o fortalecimento do discurso de grupos radicais de direita e para a queda do governo através de um processo de impeachment, entretanto o levantamento de alguns dados podem contribuir para que se faça uma certa relação entre esses eventos. Havia no perfil dos manifestantes algumas características importantes a serem destacadas, de acordo com pesquisa realizada pelo Ibope², cerca de metade das pessoas que saíram às ruas jamais havia participado de qualquer outra manifestação, 62% delas souberam dos protestos através do Facebook e 75% disseram ter convidado amigos utilizando redes sociais. Embora não estivessem envolvidos com qualquer militância, 61% dos participantes disseram ter muito interesse e 28% declararam ter médio interesse em saber mais sobre política. Esses números evidenciam não apenas uma forma de compreender e atuar politicamente através das redes sociais e que isso seria algo novo; parcela significativa daqueles que foram às ruas não tinha nenhuma ligação com grupos políticos organizados e de modo geral possuíam informações políticas superficiais através do Facebook.

A mesma pesquisa mostra algo ainda mais importante e que em grande medida passou despercebido: para cerca de um quarto dos que saíram às ruas, a principal motivação foi a insatisfação com o ambiente político: 24,2% contra a corrupção, 2,1% pela necessidade de mudança, 1,9% insatisfação com os governos, 1,1% insatisfação

² Pesquisa Ibope realizada em 20 de junho de 2013.

com os políticos em geral. Essas seriam algumas das principais pautas de reivindicação das manifestações contra o governo nos anos seguintes. Essas pautas estiveram por décadas nas mãos da esquerda, o próprio PT cresceu sobretudo entre o eleitorado de classe média graças à sua aura de partido da ética e do combate à corrupção e à política tradicional e talvez justamente por isso teria uma marca distinta em relação a outros partidos, o PT é o alvo principal porque não apenas acolheu e apoiou os seus corruptos como também porque está no centro e é o principal beneficiário dos maiores esquemas de corrupção. As pessoas que foram às ruas contra o governo percebem que a corrupção é um problema generalizado, e estão certas nisso. Não são simplesmente manifestantes anti Dilma ou antipetistas, embora estes tenham sido por motivos óbvios os alvos principais a coisa vai muito além, basta ver que líderes da oposição também foram enxotados de diversos atos.

O que houve foi um enorme movimento de insatisfação generalizada contra políticos, instituições e a situação social e econômica do país, uma insatisfação difusa que pela falta de lideranças e propostas mais evidentes pareciam unir as mais diversas visões de mundo em torno de eixos pontuais como no caso da tarifa do transporte público, em 2013, e contra a corrupção daquele momento em diante. A genérica bandeira anticorrupção foi senão o único o principal único tema que une os manifestantes que em 2015 e 2016 saem às ruas para protestar contra o governo e, posteriormente, pedir o afastamento da presidente Dilma.

Uma curva à direita

Diferentes das manifestações de 2013, o perfil típico do manifestantes que saíram às ruas para protestar contra o governo federal é masculino, com idade próxima aos 40 anos, nível superior e rendimento salarial entre 5 e 15 salários mínimos³. Não é, contudo, a elite que vai às ruas, é a mesma classe média semelhante a que por anos olhou com bons olhos para o PT e que antes havia lutado por eleições diretas e pelo impeachment de Fernando Collor. Cabe nos perguntar por que a classe média que era petista se tornou de direita? Vários estudos mostram que o eleitorado petista era fundamentalmente de classe média escolarizada, com nível superior⁴. Isso se dá desde a formação do PT até a primeira eleição de Lula em 2003; 30% dos eleitores que se diziam simpatizantes ao partido ganhava mais de 10 salários mínimos, outros 28% ganhava entre 5 e 10 salários mínimos, a maioria tinha nível superior. Até então o PT era o partido da ética, partir do mensalão esse pessoal abandona o PT e com as críticas ao governo vai migrando para a direita. O eleitor do Lula já não é mais o petista mas o lulista, aquele que vê Lula como um líder carismático ou populista que está a favor do

³ Pesquisa Datafolha realizada na manifestação da Avenida Paulista em 13 de março de 2016

⁴ SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

povo contra os poderosos; interessante pensar que uma pesquisa realizada em 2010 pelo Datafolha e pelo Instituto Perseu Abramo, ligado ao PT, mostra que 35% dos eleitores do PT se dizem de direita enquanto 32% se dizem de esquerda.

A mudança no perfil do eleitorado petista tem uma relação direta com mudanças importantes da sociedade brasileira, o surgimento de uma nova classe média e as novas pautas, formas de luta e reivindicações sociais que surgem nas últimas décadas. Desde a década de 1980 os mais diversos movimentos sociais buscaram a via institucional como estratégia de luta política e isso se acentua a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência, em 2003. Historicamente ligado, desde o seu nascimento, a diversos movimentos sociais, o PT ao assumir o poder no plano federal atraiu diversos desses movimentos, por vezes cooptando-os, por vezes imobilizando-os em nome de uma agenda positiva de médio e longo prazo que dependeria da sua permanência no poder e de uma suposta ordem que a sustentasse. Parte da política oficial ou consequência dela, o fato é que as grandes mobilizações sumiram das ruas e os movimentos sociais estiveram cada vez mais imobilizados nos governos petistas.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo, em que os movimentos tradicionais saíam das ruas uma série de pequenos grupos se organizavam a partir de pautas específicas e estratégias de luta distintas daquelas vistas nas décadas anteriores. Pesquisa realizada pelo Ibope em julho de 2013 mostrava que entre aqueles que participaram dos protestos apenas 13% se identificavam com o PT enquanto que no geral da população esse número chegava a 23%. Por outro lado o principal partido opositor à esquerda, o PSOL, era visto como o partido preferido por cerca de 9% daqueles que saíram às ruas e por apenas 0,5% por aqueles que não protestaram.

O Lulismo criou uma espécie de pacto populista que buscou contemplar todas as esferas da sociedade. Em 2013 esse pacto estava se quebrando e o governo federal não poderia contemplar interesses tão distintos, diante da crise econômica que batia à porta ele teria que optar entre uma política de radicalização à esquerda ou a manutenção de suas alianças políticas à direita. No período que vai da promulgação da nova Constituição, em 1988, até o final do segundo governo Lula, em 2010, o país passou por um processo constante de desmobilização dos movimentos sociais. Em grande medida essa desmobilização se explica pela cooptação dos atores e das mais diversas reivindicações sociais pela via institucional ou pelo diálogo direto com ela, seja através de partidos políticos seja através de lobbies ou influência direta nos poderes executivo e legislativo. A chegada do PT ao poder trouxe frustração e rancor, a primeira crítica vem à esquerda com aquilo que prometeram e não cumpriram, a segunda é em parte explicada pelas conquistas ou avanços sociais que ficaram pelo meio do caminho.

A falência do pacto populista, as seguidas crises políticas e econômicas e, sobretudo, os constantes escândalos de corrupção acentuaram a desconfiança nas instituições, nos políticos e nos partidos aprofundando o constante problema da representatividade e legitimidade dos dirigentes em relação à população. O Brasil tem um Estado com uma democracia relativamente nova e institucionalmente não

consolidada, onde a desconfiança popular em relação aos seus dirigentes é grande. Isso começa ainda nas eleições, para se ter uma ideia a campanha da Dilma custou 318 milhões, declarados, a do Aécio custou 201 milhões, é quase impossível conquistar eleições majoritárias ou conquistar grandes bancadas parlamentares sem um grande aporte econômico. São os grandes grupos financeiros, grandes bancos, grandes empreiteiras investem milhões e milhões de reais em campanhas de certos candidatos.

Devido, entre outros fatores, à grande quantidade de partidos com representação no Congresso, os custos da governabilidade são muito altos. Ainda que a regra básica seja simples: há eleições diretas nas quais a população vai às urnas e vence quem tem mais votos, na prática conseguir governar exige uma ampla aliança com setores do legislativo. Ocorre que a forma como o poder é dividido é um pouco mais complexa, ao votar para presidente por exemplo, o eleitor não vota apenas em um candidato como a Dilma ou o Aécio, por exemplo, ele vota em uma coalizão, ou conjunto de partidos que vão dividir o poder. Isso está na regra e aparece na campanha e na urna eletrônica, então quem votou na Dilma, por exemplo, votou numa coligação chamada com a Força do Povo, composta por nove partidos, votou no PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B e PRB. Esses partidos lançam um programa de governo, isso é um papel com as promessas que deverão cumprir caso sejam eleitos.

Quando uma coligação vence as eleições ela tenta se alinhar a um número ainda maior de partidos para que o presidente possa ter a maioria de votos no Congresso e no Senado e assim conseguir aprovar o que ele quer. Então essa coalizão vencedora vai dividir o poder entre os seus membros, na eleição de 2014 entre os vencedores estavam a Dilma do PT, presidenta, o Michel Temer do PMDB, vice e aí eles escolhem se sentam, escolhem ministros, partilham cargos no primeiro e segundo escalão do governo, tipo quem vai controlar as empresas estatais, os bancos públicos, secretarias e instituições do governo. Só no executivo são mais de 22 mil cargos comissionados. É de olho nesse cargos e no que os partidos podem ganhar com eles que os partidos se agrupam e não por ideias.

É necessário entender isso para perceber que o processo de deposição da presidente Dilma vai muito além de uma resposta parlamentar às pressões populares ou uma mera questão jurídica. Para lembrar, o pedido de impeachment se baseia em três argumentos: manobras fiscais; responsabilização na refinaria de Pasadena e abertura de créditos suplementares sem consulta ao Congresso. Argumentos evidentemente questionáveis para questão de tamanha relevância mas que mostra o jogo de forças políticas dentro do parlamento, ainda que tenha sofrido enorme pressão das ruas não foi a oposição que conseguiu afastar Dilma. Na votação de abril para a abertura do processo na Câmara, 186 de um total de 367 vieram dos aliados dela, foram dos deputados que estavam na base do governo e foram eleitos junto com ela, dos nove partidos da base apenas dois, PT e PC do B, não votaram contra ela.

Cabe indagar porque esses partidos que em poucas semanas abandonaram a coalizão e votaram pela abertura do processo estavam dentro do governo e apoiando a

presidenta até algumas semanas antes. Primeiro há um óbvio toma-lá-dá-cá, estavam porque ganhavam cargos, estavam envolvidos em esquemas de corrupção, mensalão. Ainda cabe indagar, o que esses parlamentares estão pretendendo ganhar pulando de barco e entrando em outro. Imaginando a questão do prestígio político, eles provavelmente viram que o governo naufragou, que esse naufrágio é sem volta e que teriam a perder continuando lá e querendo ou não isso muito tem a ver com as pressões que vieram das ruas.

Guerra cultural, ação e reação?

A sociedade brasileira é historicamente autoritária, violenta e conservadora, no sentido de não ter uma tradição de respeito às liberdades individuais e não aceitar as diferenças. Se é que temos um novo conservadorismo, este provavelmente tem suas raízes na onda de crescimento das igrejas neopentecostais nas últimas três décadas, a direita evangélica brasileira, o seguimento social organizado ideologicamente mais congruente⁵, assimila o discurso das lideranças pentecostais norte-americanas e o seu neofundamentalismo para defender valores morais absolutos e a defesa da família tradicional como base da organização social⁶. Trata-se, portanto, de um conservadorismo que vai lutar contra aquilo que a esquerda vai chamar de avanços sociais como os direitos dos homossexuais, questões relativas a igualdade de gênero e o direito ao próprio corpo. São as questões morais que pautam a atuação da bancada evangélica no Congresso, assim como a atuação política das Igrejas Pentecostais e é nessa esteira que seguirá uma parte da nova direita, portanto não é de se estranhar que manifestantes notadamente antipetistas estejam em questões sociais e econômicas mais à esquerda.

O avanço do conservadorismo aparece também no Congresso, a bancada evangélica que vai surgindo a partir das eleições de 1986, quando passam de 2 para 18 deputados, tem hoje mais de 80 parlamentares, se a duas décadas política e religião eram coisas distintas para os evangélicos tradicionais, são os neopentecostais que vão buscar uma nova convergência. Exemplo maior disso é a Marcha para Jesus, ato político e religioso que reúne centenas de milhares de fiéis de diversas denominações religiosas em vários estados do país; com pautas conservadoras ou contra as liberdades individuais, contra o aborto, a descriminalização das drogas, o direito dos homossexuais e a pornografia⁷.

Discute-se em que medida o Congresso Nacional que aprovou a abertura do processo de impeachment representa a sociedade brasileira. Para responder, teríamos

⁵ <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-direita-abraca-a-rede-5817.html>

⁶ FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

⁷ Tanto quando pode os governo petistas buscaram o apoio de diversas lideranças religiosas fazendo concessões e alianças. Exemplo é o PRB, partido com fortes laços com a Universal do Reino de Deus, que esteve na base dos governos petistas e o apoio de Edir Macedo à candidatura de Dilma em 2010 e 2014; como retribuição o pastor Marcelo Crivella foi designado para comandar o recém criado Ministério da Pesca.

evidentemente que discutir mais detidamente o que é representação e o que é representatividade, entretanto não é difícil perceber que ainda que não exista representação no sentido de que o parlamento seria um espelho da sociedade que ao menos há uma representação da correlação de forças que existe na sociedade (tem empresário demais, tem evangélicos pentecostais demais, tem latifundiários demais e tem mulheres de menos, tem gays de menos, tem negros de menos, tem índios de menos). Não é só no Congresso que tem ‘povo’ de menos, na cúpula do Executivo ou do judiciário também.

A discrepância entre o perfil dos representantes e dos representados visível nas diversas esferas de poder também pode ser vista nas manifestações contra o governo ou a favor do impeachment de 2015 e 2016, nota-se um certo distanciamento entre a pauta das lideranças ou dos grupos que organizam os atos e a maioria das pessoas que participam. A grande massa dos manifestantes saem as ruas por questões mais triviais e bem menos ideológicas que as lideranças, sobretudo nos atos contrários ao governo onde a maioria dos presentes levantam como principal razão para participação as questões relacionadas à corrupção. A pauta de grupos como o Vem Pra Rua, Revoltados On Line e Movimento Brasil Livre, dentre outros, em geral tem um linha ideológica bem definida como uma defesa clara de um forte liberalismo econômico, soma-se a isso uma extensa crítica às políticas petistas, identificadas genericamente como de esquerda; em alguns casos vê-se a defesa da volta dos militares ao poder assim como o enaltecimento do golpe militar de 1964 e da ditadura que o seguiu. Trata-se de uma direita conservadora e raivosa que tem como grandes inspiradores o escritor Olavo de Carvalho, o cantor Lobão e o Deputado Federal Jair Bolsonaro.

De um lado manifestantes com ideias e reivindicações difusas em torno do eixo anticorrupção, de outro grupos favoráveis à presidente Dilma Rousseff que, embora majoritariamente críticos à política econômica do seu governo, estão alinhados a movimentos sociais, partidos e sindicatos próximos ao Partido dos Trabalhadores como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE); grupos bem organizados e estruturados com enraizamento na maioria dos estados da federação.

Esses grupos, como de modo geral quase toda a esquerda, assim como o PT e o governo, erraram ao desprezar e tentar deslegitimar aqueles que, por razões diferentes, criticavam e saíam às ruas para protestar contra a corrupção. Ao identificar indistintamente essa parcela da população como ‘coxinhas’ ou classe média alienada deixou-se não apenas de fazer autocrítica mas também de garantir junto a esses manifestantes o reconhecimento da legitimidade do governo como a base parlamentar que poderia ter livrado Dilma do impeachment. De modo geral, os grupos favoráveis ao governo buscaram identificar os manifestantes contrários como uma parcela da elite branca e privilegiada, um argumento frágil e que se torna incoerente quando se compara os manifestantes a favor e contra o governo; pesquisas mostram que o perfil dos manifestantes pró e contra o impeachment é bastante parecido.

Buscando levar a questão para o campo ideológico da esquerda, o governo insistiu no discurso e argumento retórico de que o impedimento da presidente seria um golpe da burguesia contra os trabalhadores. Embora tenha garantido conquistas importantes nas áreas sociais, os governos do PT estiveram muito distantes de trazer alterações profundas nas relações de classe da sociedade brasileira, como já disse o ex-presidente Lula, os ricos nunca ganharam tanto nesse país como no seu governo, o mesmo pode-se dizer do governo Dilma, a concentração de renda aumentou, os bancos brasileiros têm os maiores lucros do mundo⁸. Os bancos lucraram no governos Lula mais do que nos governo FHC, e isso é muito fácil de entender, o país tem as maiores taxas de juros do mundo. O valor que o governo oferece através do ‘bolsa empresário’, como subsídios, desonerações, regimes tributários diferenciados etc, é dez vezes mais do o bolsa família⁹; apenas a Zona Franca de Manaus ficou com cerca de 23 bilhões para fabricar produtos como televisores, celulares e computadores, o valor é mais do que o dobro de tudo o que o ministério de ciência e tecnologia gastou em todo o ano de 2015.

De modo geral, as pessoas que foram às ruas em 2013 defendiam mais investimentos públicos em áreas essenciais e uma visão política transformadora à esquerda da proposta do governo federal, que sob comando do Partido dos Trabalhadores buscou continuamente alianças que, sob o pretexto de conquistar governabilidade, impediu mudanças sociais mais profundas e pouco ou nada mexeu com a estrutura socioeconômica do país¹⁰. Embora apresente óbvios elementos de classe ou mesmo de luta de classes, o processo que culmina na abertura do processo de impeachment pouco ou nada tem a ver com uma luta de ricos contra pobres, dos privilegiados contra os despossuídos ou coisa que o valha, a questão talvez seja mais profunda e menos evidente e se trava no campo puramente político e ideológico.

A ‘vitória’ das jornadas de junho serviram como um novo alento para a radicalização das manifestações, a ideia de que é possível conquistar benefícios políticos através de manifestações é importante sobretudo quando se tem em mente que através do voto pouco ou nada se consegue. A experiência dos protestos de junho deixa dois legados opostos: o da mais extrema dispersão processual e o da fértil conjugação de processo e resultado na luta contra o aumento. A revogação dos aumentos foi uma vitória importante dos movimentos sociais, não apenas pelo valor representado mas

⁸A campanha da Dilma custou 318 milhões, declarados, a do Aécio custou 201 milhões. São campanhas montadas sob doações de grandes grupos financeiros, grandes banco e empreiteiras que investem milhões de reais em certos candidatos, mesmo quando são concorrentes.

⁹ O Estado de São Paulo, 7 de maio de 2016, ‘Bolsa empresário chega a 270 bilhões este ano e pode ser revista por temer’. Gazeta do Povo, 8 de novembro de 2015, ‘Bolsa empresário bate recorde e já custa dez vezes o bolsa família’.

¹⁰ MEDEIROS, Marcelo, SOUZA, Pedro e CASTRO, Fábio. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). Dados vol.58 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

sobretudo pelo caráter pedagógico e pela estratégia utilizada. Quando comparado a outros movimentos com organização semelhante este pode apresentar um ganho claro justamente por propor uma meta bem definida e exequível nisso se distancia, por exemplo, das manifestações como do Occupy Wall Street.

Embora aparentemente semelhantes na forma, as manifestações à esquerda e à direita guardam importantes diferenças. Assim, para a esquerda, as manifestações (que podem incluir ações não convencionais como boicotes, protestos, intervenções urbanas, atividades ilegais de diversas ordens incluindo atividades violentas etc) não tentam buscar o apoio daqueles que possuem maior prestígio social ou poder de decisão dentro das esferas governamentais, mas, ao contrário, despertar uma parcela da sociedade que é vitimada por aqueles. Para isso, entretanto, sabe-se que não é possível abrir mão de protestos não convencionais que chamem a atenção da mídia, que ganhem a maior cobertura possível (ainda que, segundo acusam, disso possa vir menos informação que manipulação ou distorção). Aquelas à direita, focam a questão da ordem social como elemento de ação e como meta a ser atingida e não apenas tentam sensibilizar as elites como em diversos casos se alinha à ela; no caso brasileiro o exemplo claro é o acampamento de manifestantes em Frente à federação das Indústrias de São Paulo – a Fiesp.

Em comum, a tentativa de chamar a atenção do maior número possível de pessoas, o que não é possível sem recorrer aos meios de comunicação. Com essa exposição na mídia busca-se a possibilidade de transformar determinadas questões sociais em problemas políticos e a partir disso abrir espaços para debates públicos nos quais de algum modo possam apresentar proposições alternativas. Se para a direita liberal há a crença na possibilidade de se fazer a mediação entre os coletivos organizados e as instituições governamentais, de modo geral os movimentos de esquerda sabem que suas reivindicações principais não serão levadas a cabo dentro das esferas de poder instituídas, pois reconhecem que o poder do Estado como esfera de decisão dos destinos dos povos, junto com o poder mais abstrato e mais impessoal do mercado, não apenas produz ou reproduz uma ideologia como também desenha a estrutura mental e a estrutura objetiva sob as quais os homens pensam e agem; assim, para a esquerda, contrapor-se a ambos, Estado e mercado, é necessariamente a motivação fundamental desses movimentos.

Embora desconfiem dos seus representantes, os manifestantes mais à direita aceitam a visão do Estado enquanto agente de reação e transformação social e nisso se distanciam daqueles grupos que em 2013 capitaneavam as manifestações cobrando medidas governamentais mas buscando travar suas batalhas num espaço, cada vez mais, de natureza simbólica. Numa análise da sociedade enquanto sistemas simbólicos complexos baseados na informação pode-se vislumbrar a potencialidade de aumento de autonomia dos indivíduos ao mesmo tempo em que novas possibilidades simbólicas ampliam as suas possibilidades de atuação. Nesse sentido, a força dos movimentos sociais está cada vez mais nas palavras e menos nos aparatos pois são estas palavras que tendem a impulsionar novas relações sociais – isso, evidentemente, se aceitarmos que

estas espelham as relações entre os atores sociais. As manifestações, sejam as de junho ou as favoráveis ao impeachment, evidenciam uma tentativa de reunir o maior número possível de pessoas e grupos e ampliar o movimento no maior número possível de cidades pois os atos têm um caráter de contestação e ao mesmo tempo um caráter pedagógico para os militantes. Essas pessoas formam um grupo difuso no momento das manifestações, dado que não possuíam vínculos anteriores, e muitas vezes assim permanecem devido à inexistência de uma direção ou liderança externa.

De acordo com Melucci¹¹, nas sociedades complexas a substância das transformações em curso só podem ser entendidas a partir da análise dos conflitos no campo da cultura. Assim, os movimentos sociais possuem força na medida em detêm capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica. Nesse sentido as lutas possuem duas características distintas e ao mesmo inseparáveis: a imanência e a transcendência. Possuem um diagnóstico do real e ao mesmo tempo tentam extrair deste um potencial emancipatório, ou seja apresentam um diagnóstico que só possui sentido quando aliado a um prognóstico. Significa dizer que as molduras ou quadros interpretativos apresentam valores culturais e pressupostos morais.

É nesse sentido que devemos compreender o papel das redes sociais não apenas como divulgadores de eventos ou aglutinadoras de indivíduos com posições ideológicas semelhantes mas sobretudo como instrumento de intervenção e participação. É nelas que surgem, se desenvolvem e se espalham as narrativas que vão dar sentido aos acontecimentos e nesse sentido é fundamental perceber o papel das mídias e das redes sociais para a polarização política da sociedade brasileira. Blogs e sites ‘independentes’, e não a grande mídia é que vão direcionar as interpretações mais radicais da conjuntura e econômica. Vistos com grande desconfiança e acusados de imparcialidade, os grandes veículos como as principais emissoras e jornais do país perderam espaço para o noticiário rápido e eficaz de mídias digitais como, pela direita, Manchete, Mídia Sem Máscara, Movimento Brasil Livre, Folha Política, O Implicante e, pela esquerda, Mídia Ninja, Brasil 247, Jornal GGN, Diário do Centro do Mundo, Esquerda Diário, Carta Maior, Conversa Afiada etc.

Os blogs e as redes sociais são instrumentos importantes para a proliferação de informações e boatos que influenciam e moldam a opinião pública. Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo, Gpopai¹², mostra que apesar de ter alta escolarização os manifestantes, sejam eles favoráveis ou contrários ao governo, acreditam em boatos e informações erradas compartilhadas nas redes sociais, ainda que afirmem não confiar nessas fontes. Entre os manifestantes contrários ao governo 53,2% acreditam que a organização criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC seja um braço armado do PT, 55,9% acreditam que o Foro de São Paulo queira criar uma ditadura bolivariana no país e 64,1% concorda que o PT queira implantar uma ditadura comunista no Brasil. No outro

¹¹ MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente, movimentos sociais nas sociedades complexas*. São Paulo, Vozes, 2001.

¹² <https://gpopai.usp.br/>

lado, mais da metade dos manifestantes concordam com a afirmação de que os protestos contra o governo foram articulados pelos Estados Unidos para roubar o petróleo do pré-sal e que o juiz Sérgio Moro, principal responsável pela Operação Lava-Jato é filiado ao PSDB¹³.

Em ambos os casos há uma crença que antecede a informação e que a direciona, os manifestantes tendem a ler e confiar naquilo que estão predispostos a acreditar. Há uma normatividade além da narrativa, de modo geral as interpretações sob as informações vão muito além da intenção de apresentar as coisas como elas supostamente seriam mas também vislumbram uma certa teleologia, uma estratégia de interpretação que impõe uma determinada linha de ação. Nas narrativas dos grupos anti ou pró governo há chave interpretativa subjacente que explicam os conflitos sociais que estariam na base da crise política e econômica e é nessa chave, e não no modo de agir, que estariam as diferenças mais fundamentais entre os manifestantes contrários ou favoráveis ao impeachment, é na interpretação e não na ação em si que eles podem ser divididos em esquerda e direita.

De um lado estariam aqueles que, por razões e motivações diversas, acreditam na necessidade de expandir direitos às minorias, em abrir novas possibilidades em códigos, normas e condutas, repensar formas de inserção e participação políticas e, pelo menos supostamente, estariam ao lado das reivindicações das parcelas mais pobres da sociedade buscando garantir um suporte mínimo de direitos sociais que lhes garanta a sobrevivência. O campo oposto, talvez mais amplo e complexo, estariam aqueles que analisam a conservadores e também liberais de diversas matizes; aqueles que pensam que direitos devem estar sempre relacionados a deveres e a méritos e que por conta disso são críticos às políticas sociais e distributivas. Para parcela da classe média essas políticas aumentariam a sensação de vulnerabilidade social sobretudo por conta do risco de perda do emprego formal e pela falta de acesso aos programas assistenciais do governo, catalisadores dos sentimentos de injustiça.

Ao conseguir a revogação do aumento e, em certa medida, conseguir colocar na agenda política pontos fundamentais da pauta das manifestações, os atos de junho trouxeram um novo paradigma para as lutas sociais no Brasil e um novo modelo de ação. Ocorre, entretanto, que aspectos importantes das lutas da nova esquerda, como a horizontalidade e falta de liderança, acabam servindo como plataforma de luta também dos grupos de direita que, a princípio menores e menos organizados, conseguem arregimentar milhões de pessoas para questões tanto pontuais quanto difusas; pontuais em relação ao impeachment, por exemplo, e difusas por tratar de temas genéricos como a luta contra a corrupção. A história ainda mostrará qual será o efetivo legado das manifestações de junho e dos atos contra o governo que levaram ao impeachment, por enquanto o que podemos perceber é que ao contrário do que se imaginava, as primeiras fagulhas de junho foram levadas para à direita e foi por lá conseguiram criar os primeiros focos de incêndio.

¹³ <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>; <https://gpopai.usp.br/polarizacao.pdf>



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Bibliografía

BATISTA, Pedro C. *Jornadas de junho: as ruas são ocupadas e ganham vozes*. Curitiba: Cromos, 2014.

DELLA PORTA, Donatella e Mario Diani. *Social movements, an introduction*. Oxford: Blackwell,

DOIMO, Ana. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-79*. Rio de Janeiro, ANPOCS, Relume Dumará, 1995.

EHRENBERG, John. *Civil society, the critical history of an idea*. New York University Press, 1999.

FRAZER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003

GOHN, Maria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

JUDENSNAIDE, Elena et. al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. – São Paulo: Veneta, 2013.

KINZO, Maria D'Alva G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. *São Paulo em Perspectiva*, vol.15, n°4. São Paulo, 2001.

KLEIN, Naomi. *No Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

LUDD, Ned (org.). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MARICATO, Erminia et. al. *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, José Souza. *A reinvenção dos dois Brasis (2008-2009)*. In. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto, 2016.

MEDEIROS, Marcelo, SOUZA, Pedro e CASTRO, Fábio. *O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)*. *Dados* vol.58 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente, movimentos sociais nas sociedades complexas*. São Paulo, Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Representação, crise e mal-estar institucional* *Soc. Estado*. [online]. 2014, vol.29, n.1.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”, in: *Social Research*, v. 52, n.4, 1985.

ORTELLADO, Pablo e RYOKI, André. *Estamos vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

Revista Brasileira Ciências Sociais, v.1, nº 2, 1986.

RITZER, George. *The McDonalidization of Society*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996.

RUCCI, Rudá e ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. – Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

WINTERS, Matthew e Rebeca Shapiro. Partisans protesters and nonpartisan protests in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*. Vol. 6, nº1 (2014).